

De escrava a Dona: A trajetória da africana mina Emília Soares do Patrocínio no Rio de Janeiro do século XIX

*From Being Slave to Becoming the Owner: The trajectory
of African Emily Soares do Patrocínio in the nineteenth
century Rio de Janeiro*

Juliana Barreto Farias *

Resumo:

Partindo da trajetória de Emília Soares do Patrocínio, uma ex-escrava africana procedente da Costa da Mina que viveu no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, procuro, neste artigo, perscrutar em detalhes as vivências profissionais, conjugais e culturais dessa preta mina e de outros homens e mulheres da mesma “nação” africana com os quais ela conviveu na Praça do Mercado do Rio e em outros espaços sociais. Para tanto, examino um diversificado conjunto de fontes, que inclui desde testamentos, inventários, assentos de batismo, casamento e óbito, até registros de alforrias e uma caudalosa documentação municipal sobre o principal mercado de gêneros de primeira necessidade da cidade do Rio. Nesse percurso, não pretendo simplesmente destacar vidas singulares, mas perceber também experiências coletivas e ainda tentar iluminar contextos e processos históricos mais amplos e complexos.

Palavras-chave:

Rio de Janeiro. Africanos minas. Escravidão. Casamento. Pequeno comércio.

Abstract:

African slave from Costa da Mina who lived in Rio de Janeiro in the second half of the nineteenth century, in this article, it is tried to scrutinize the professional, marital and cultural experiences of this black Mine woman and of other men and women of the same African “nation” with whom she lived in the Praça do Mercado in Rio and in other social

* Doutora em História Social na USP (2012), com a tese *Mercados minas: Africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro, 1830-1890*. É autora de diversos artigos e livros sobre o tema, entre os quais *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação* (co-organizado com Flávio Gomes e Giovana Xavier). São Paulo: Editora Alameda, 2012.

spaces. Therefore, a diverse set of sources including wills, inventories, baptism documents, marriage and death records, manumissions, and a copious documentation on the main municipal market staples of the city of Rio are examined. Along the way, it is not intended to simply highlight individual lives, but to realize collective experiences and contexts and still try to illuminate broader and more complex historical processes.

Key-words:

Rio de Janeiro. African Mines. Slavery. Marriage. Petty trading.

Em maio de 1882, já bem adoentada e temendo a morte, a preta mina Emília Soares do Patrocínio decidiu aprontar seu testamento. Ao ditar o documento, lembrou vagamente de sua terra natal na Costa da África, recordou histórias da vida religiosa e familiar reconstruída no Rio de Janeiro, enumerou legados para amigas e ex-escravas e ainda deixou cartas de alforria para algumas cativas.¹ Só não informou qual era exatamente o seu “meio de vida” nem tampouco descreveu outras “propriedades”. Ainda assim, o simples fato de preparar um testamento indicava que tinha bens a deixar.

E de fato, cerca de quatro anos depois, quando faleceu, vítima de uma embolia pulmonar, uma “pequena fortuna” foi revelada. Em seu inventário *post-mortem*, aberto em março de 1886, constavam três casas, bancas na Praça do Mercado, armações para galinhas e tabuleiros de quitandas, dez cativos, joias e outros objetos, contabilizando, ao total, mais de 30 contos de réis.² Num período em que a propriedade escrava ia se tornando cada vez mais escassa e o custo de vida só aumentava na cidade do Rio, chama atenção os bens acumulados e os investimentos feitos por Emília do Patrocínio desde pelo menos meados do século XIX.³

Como uma ex-escrava africana reuniu todo esse patrimônio? Sozinha? Somente com as quitandas que armava no principal centro de compra e venda de gêneros alimentícios da Corte imperial? Em que medida seus escravos contribuíram para o aumento de sua renda pessoal e familiar? E como era sua relação com essa escravaria, a maior parte mulheres de sua própria “nação” africana? Para tentar responder essas e outras questões, vejamos mais de perto sua trajetória e também dos “parentes de nação” com as quais conviveu no mercado e em outros espaços sociais do Rio de Janeiro oitocentista.

Pelo exame de um diversificado conjunto de fontes, que inclui desde testamentos, inventários, assentos de batismo, casamento e óbito,

1. Arquivo Nacional (doravante AN), Inventário de Emília Soares do Patrocínio, Número 258, Caixa 361, Galeria A, 1885. O testamento de Emília foi anexado ao inventário.
2. AN, Inventário de Emília Soares do Patrocínio, Número 258, Caixa 361, Galeria A, 1885.
3. SOARES, Luiz Carlos. *O “povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Faperj-7Letras, 2007, p. 78.

até registros de alforrias e uma caudalosa documentação sobre a Praça do Mercado do Rio, é possível perscrutar em detalhes as vivências profissionais, conjugais e culturais dessa ex-escrava e de outros africanos minas. E não se trata simplesmente de destacar vidas singulares, mas de perceber também experiências coletivas, e ainda tentar iluminar contextos e processos históricos mais amplos e complexos.⁴

Da Costa da Mina ao Rio de Janeiro

Nos registros oitocentistas, raramente apareciam os locais exatos de onde os africanos procediam. Em seu testamento, Emília se refere, de forma muito vaga, à Costa da África. Na documentação municipal sobre a Praça do Mercado (conhecida também como Mercado da Candelária), não localizei qualquer informação sobre sua origem. Só fui descobrir sua “nação” africana nos assentos da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, onde ingressou em 1846, e num ofício que enviou à Câmara Municipal pedindo licença para que seu escravo crioulo trabalhasse ao *ganho* nas ruas do Rio. Nos dois casos, ela foi identificada como “mina” ou de “nação mina”.⁵

Desde pelo menos princípios do século XVIII, a expressão designava, na cidade do Rio de Janeiro e em outras partes do Brasil, escravos e libertos africanos procedentes da costa ocidental, também chamada à época de Costa da Mina. A área ganhou esse nome depois da construção, no século XV, do Castelo de São Jorge da Mina (ou Elmina), empreendimento da Coroa portuguesa na antiga Costa do Ouro, atual Gana. Nos primeiros tempos do tráfico transatlântico, o termo mina era usado para designar todos os cativos oriundos de diversos reinos, vilas e grupos étnicos da região. Pouco a pouco, a Costa da Mina passou a abranger, de forma mais precisa, a Costa dos Escravos, isto é, a costa a sotavento do Castelo de São Jorge, que se estendia do delta do rio Volta, em Gana, até a desembocadura do rio Níger, na Nigéria. E mina indicava então quase todos os povos da Baía do Benim, no que hoje corresponde a três países: Togo, Benim e Nigéria.

4. REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 315-316

5. AGCRJ, Códice 6-1-54: Escravos ao ganho e escravidão, p. 73. Emília solicitava, em 1861, licença para que seu escravo Constâncio, *crioulo*, andasse ao *ganho* nas ruas do Rio. Cf. Livro de Entrada de Irmãs na Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia (Arquivo da Irmandade, documento sem catalogação). Emília Soares teria entrado na irmandade em 1846, quando residia na rua do Cano, 100. Dois anos depois, Bernarda Soares do Patrocínio, filha de Emília, foi registrada na irmandade. Mais adiante, voltarei a tratar sobre sua participação na confraria.

Assim, os locais de onde efetivamente os pretos minas provinham podiam ser bem diferentes em termos de geografia, grupos étnicos, línguas, culturas, meio ambiente, práticas econômicas ou modelos de organização política. Longe de guardar correlações estritas com as formas de autoidentificação correntes nas mais diversas regiões da costa ocidental – no que se refere a seus nomes e também a sua composição social – a chamada nação mina era tanto uma construção forjada no âmbito do comércio negreiro, como na própria experiência dos africanos.⁶ Mesmo “compulsoriamente” nomeados pelo sistema escravista, os homens e mulheres assim reagrupados adquiriam, aos poucos, sentido em si mesmos, formulando suas próprias regras e redefinindo os limites indicativos de afiliação ou exclusão que orientavam o comportamento de seus membros e serviam para classificar socialmente os demais. Desse modo, num processo de apropriação e autoadscrição, os nomes de nação eram o ponto de partida para a reconstrução de processos de identificação mais inclusivos. Convivendo em ruas, irmandades, festas religiosas ou grupos de trabalho, os minas encontravam semelhanças linguísticas e comportamentais, crenças e lugares de procedência em comum e, a partir daí, criavam grupos mais amplos e com uma autoconsciência coletiva.⁷

Embora as estimativas sobre os africanos ocidentais no Rio ainda sejam imprecisas, é possível estimar que os cativos vindos das áreas de língua gbe (como os fon e mahi) se destacavam no século XVIII, ao passo que os iorubás começaram a ser importados em maior número a partir do final do século XVIII, passando a majoritários ao longo do oitocentos.⁸ Em todo esse período, homens e mulheres minas sempre

6. Nos registros dos séculos XVIII e XIX, o termo “nação”, usado para designar escravos e libertos africanos, não correspondia, necessariamente, a um grupo étnico específico, podendo ser, por exemplo, a reunião de vários grupos étnicos embarcados num mesmo porto.
7. Para consulta aos autores que vêm abordando a questão da identidade mina, ver, entre outros: SOARES, *Devotos da cor identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, especialmente o 2º capítulo, “O comércio com a Costa da Mina”, pp. 63-92. OLIVEIRA, Maria Inês. “Quem eram os negros da ‘Guiné?’, A origem dos africanos da Bahia. *Afro-Áia*, n.19/20, 1997, pp. 37-73. PARÉS, Luis Nicolau. *A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, pp. 27-29; LAW, Robin. “Etnias de africanos na diáspora: novas considerações sobre os significados do termo ‘mina’”. *Tempo*, UFF, Niterói, vol. 10, n. 20, jan-jun/2006; FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flávio S.; SOARES, Carlos E. L. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
8. SOARES, Mariza C. “From Gbe to Yoruba: Ethnic change and the mina nation in Rio de Janeiro”. In: CHILDS, Matt D. & FALOLA, Toyin (eds.) *The Yoruba diaspora in the Atlantic world*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 2004, pp. 231-247.

estiveram, numericamente, em minoria no conjunto da população escrava da capital carioca, já que os africanos desembarcados na cidade eram, em sua maior parte, da costa centro-ocidental, como os chamados angolas, benguelas, cabindas, cassanges, congos e rebolos.⁹ Entre 1800 e 1843, segundo os cálculos da historiadora Mary Karasch, dos mais de 600.000 africanos que aportaram no Rio de Janeiro, apenas 1,5% eram originários da costa ocidental.¹⁰ Por sua vez, os dados compulsados pelo projeto *The trans-atlantic slave trade*, para o período de 1801 a 1825, apontam 175.200 iorubás desembarcando na Bahia (e lá identificados como nagôs) e apenas 1.000 no Rio de Janeiro. Já entre os anos de 1826 e 1850, 116.200 ficaram na capital baiana e 28.400 seguiram para o Rio.¹¹ Certamente neste último grupo estavam tanto os escravos destinados ao Vale do Paraíba e ao sul em geral, como aqueles chegados ilegalmente – depois do fim do tráfico – e recolhidos pela Comissão Mista.¹² Se pelo menos 10% deles tiverem permanecido na cidade, como propõe Mariza Soares, sua presença já seria bem significativa.¹³

A esses contingentes juntavam-se ainda os escravos que chegaram à Corte com o “êxodo mina” que partira de Salvador após a revolta dos malês, em 1835. Quinze anos depois do levante, os minas perfaziam, conforme as análises do historiador Thomas Holloway, 17% e 8,9%, respectivamente, dos cativos africanos e da população geral do Rio.¹⁴

-
9. KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 52. Cf. FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
 10. KARASCH, op. cit, pp. 67 e segs.
 11. ELTIS, David. “The diáspora of yoruba speakers, 1650-1865: dimensions and implications”. In: FALOLA, Toyin; CHILDS, Matt (orgs). *The yoruba diáspora in the Atlantic World*. Bloomington: Indiana University Press, 2004, pp. 30-31.
 12. Sobre os africanos livres no Rio de Janeiro, especialmente minas, ver: MANIGONIAN, Beatriz. “Do que o preto mina é capaz: etnia e resistência entre africanos livres”. *Afro-Ásia*, n. 24, 2000, pp. 71-95.
 13. SOARES, Mariza de Carvalho. “Introdução”. In: SOARES, Mariza C. (org). *Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro*. Niterói: Eduff, 2007, pp. 18-19.
 14. Cf. GOMES, Flávio & SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “Com o pé sobre um vulcão: africanos minas, identidades e a repressão antiafricana no Rio de Janeiro (1830-1840)”. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, n. 2, 2001, p. 342; HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro*. Repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, p. 268. Sobre a revolta dos malês que ocorreu em Salvador em 1835, envolvendo escravos e libertos africanos muçulmanos, ver o livro de João José Reis, *Rebelião Escrava no Brasil. A história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Cia das Letras, 2003 (edição revista e ampliada).

Ainda que fossem pouco expressivos na demografia do tráfico, eles desempenhavam um papel social bem particular e determinante no quadro da escravidão urbana do Rio, como vêm mostrando diversos estudos recentes.

Nesses movimentos transatlânticos, onde estaria Emília Soares do Patrocínio? À luz da documentação disponível, não tenho como precisar quando ou de onde ela veio exatamente. Não obstante, alguns registros permitem – às vezes de forma mais subtendida – descortinar alguns detalhes sobre sua procedência. Assim como também é possível estimar, a partir de um cálculo aproximado que envolve suas datas de nascimento, alforria e falecimento, os períodos (e até mesmo as regiões) em que ela teria partido do continente africano e desembarcado no Brasil. Por essas avaliações, concluí que Emília nascera no ano de 1805, em algum ponto da costa ocidental que não consegui determinar. No Rio de Janeiro, só fui encontrá-la pela primeira vez em maio de 1836, época em que era escrava de Teodora Maria do Patrocínio e batizava uma filha, a “inocente” Luzia, na freguesia de São José.

Nascida apenas dez dias antes, Emília não informou o nome do pai da menina, mas seus padrinhos eram os escravos José e Antonia (não sabemos se da mesma senhora). Durante pelo menos mais três anos elas continuaram vivendo juntas com Dona Teodora. Até que, em 30 de julho de 1839, a preta mina comprou a própria liberdade, pagando-lhe 500 mil réis. Só não levou consigo a filha. Alguns meses antes, sua senhora havia passado uma carta de alforria para Luzia, mas com a condição expressa de servi-la até sua morte. Ou seja, a “inocente crioula” continuava, na prática, como cativa. E assim permaneceu por mais 18 anos. Somente em 28 de outubro de 1857, “atendendo ao honesto procedimento pelo que se faz credora de toda amizade e desvelo”, a senhora revogou a obrigação imposta naquela primeira carta e lhe permitiu que finalmente ganhasse sua liberdade.¹⁵

As alforrias, mesmo quando pagas, acabavam, afinal, dependendo das vontades senhoriais. Não bastava simplesmente possuir o equivalente a seu preço. Para receber a carta de liberdade, muitas vezes era

15. As informações sobre o batismo e a alforria de Luzia Maria do Patrocínio constam da habilitação matrimonial desta com Marcolino Ferreira da Costa, aberta em 23 de agosto de 1873. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (doravante ACMRJ), Habilitação matrimonial, Número 36001, Caixa 2060, 1873, pp. 6-7. Essa história de Emília e sua filha é bem diferente, por exemplo, daquela vivida pela quitandeira Antonia, natural da Costa da Mina, que brigava na justiça para reaver sua filha do senhor Boaventura Joaquim Gomes, também um alforriado mina. Esse caso é analisado por Sidney Chalhoub. *Visões da liberdade: uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, pp. 237-238.

necessário acionar as mais variadas estratégias de convencimento. Ao que tudo indica, Emília não encontrou muitas dificuldades para alcançar sua própria libertação, concedida, como era costume explicitar nos documentos, “em atenção aos bons serviços prestados”.¹⁶ Porém, parece não ter tido argumentos ou dinheiro suficientes para persuadir Teodora Patrocínio a também alforriar sua filha. Mas por que não o fez nos anos que se seguiram? Como veremos mais adiante, recursos não lhe faltavam. Ao longo do período em que Luzia seguiu escravizada, a preta mina tornou-se locatária de bancas na Praça do Mercado, comprou escravos e escravas minas em momentos distintos e alforriou muitos deles por altos valores. Possivelmente, havia alguma resistência de Teodora ou de seus familiares, ainda que não tenha encontrado maiores indícios de atritos entre eles. Ou talvez Luzia tenha se ligado com tal “amizade e desvelo” a Dona Teodora que não quis deixar sua companhia para viver ao lado da mãe e dos irmãos. O que, decerto, não a impediria de também frequentar a casa de sua família. Infelizmente, não pude desatar os nós dessa história.

De todo modo, se levarmos em conta que, em geral, eram necessários de dez a quinze anos para um cativo juntar recursos suficientes para adquirir sua carta de alforria, podemos supor que Emília tenha chegado à Corte nos anos 1820 ou 1830, período em que o tráfico na costa ocidental concentrava-se nas terras ocupadas pelos iorubás. E como apenas uma pequena parcela de escravos partia diretamente da Costa da Mina para o Rio de Janeiro, boa parte poderia, na verdade, ter saído da Bahia ou de outras províncias nordestinas entre as décadas de 1830 e 1850. Quem sabe Emília também estivesse incluída nessas levadas. Conjeturas à parte, o certo mesmo é que, uma vez liberta, ela rapidamente se (re)integrou à comunidade de africanos minas, especialmente os também alforriados, que vivia na capital do Império.

Trabalho, casamento e liberdade

Diariamente, pretos e pretas da Costa da Mina encontravam escravos e forros de sua nação em casas, irmandades, mercados e ruas do Rio de Janeiro oitocentista. Não por acaso, eles também eram os principais escolhidos como seus companheiros, namorados ou cônjuges. Muitos começavam a se relacionar já nos tempos do cativeiro. E quando, enfim, conquistavam a liberdade, corriam, quase literalmente, até a Igreja mais próxima para oficializar suas relações conjugais. Para boa parte desses africanos, sobretudo aqueles que também se insta-

16. AN, 2º Ofício de Notas, Livro 66, fl. 189 v.

lavam na Praça do Mercado, o casamento parecia fundamental para seguirem levando uma vida de respeito, estabilidade e liberdade num “mundo de brancos” tantas vezes hostil. Sem contar que ainda assegurava e fortalecia um trabalho conjunto entre “parentes de nação”.¹⁷

Com Emília Soares do Patrocínio não foi muito diferente. Exatamente seis meses após comprar sua alforria, em 1839, ela casou-se na igreja de São José com Bernardo José Soares, também liberto mina. Não sabemos como os dois se conheceram ou se estavam juntos desde quando eram escravos. Mas ambos moravam na freguesia de São José. Nessa época, Bernardo já havia se livrado da escravidão, pertencia à Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia e negociava aves e verduras na banca 96 do Mercado da Candelária desde pelo menos 1840.¹⁸ Em pouco tempo, o casal teve três filhos: Bernardo Soares de Mesquita; Antonio Bernardo Soares e Emília (que faleceu com apenas poucos meses de idade e foi enterrada naquela irmandade). Quando contavam seis anos de casados, Bernardo teve complicações no fígado e morreu no dia 6 de outubro. O corpo foi “encomendado” em sua própria casa pelo coadjutor Manoel José da Silva e outros seis sacerdotes, que seguiram em “enterro solene para a igreja de Santa Efigênia”, onde foi sepultado.¹⁹

Nesse mesmo ano de 1846, a viúva Emília foi registrada na ir-

17. Discuto de forma mais ampla a importância do casamento para os minas que trabalhavam na Praça do Mercado, especialmente entre as décadas de 1830 e 1870, em minha tese de doutorado: FARIAS, Juliana Barreto. *Mercados minas: africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890)*. Tese de Doutorado em História Social, USP, 2012, especialmente o capítulo 4, “Trabalho e vida conjugal”. Ver também o artigo: FARIAS, Juliana Barreto. “Fortunata et João José ‘parents de nation’. Mariage et divorce chez lês Africans de l’ouest à Rio de Janeiro au XIXe siècle”. *Brésil(s). Sciences humaines et sociales*, n° 1, mai 2012, pp.79-102. Ao examinar testamentos e inventários de forras minas nas cidades do Rio e de São João del Rei ao longo do século XVII e nas primeiras décadas do XIX, Sheila de Castro Faria constatou um outro padrão: em geral, essas mulheres – que não sabemos se trabalhavam com quitandas ou mercados dessas cidades – não se casavam e formavam espécies de famílias femininas com suas escravas também minas. Cf. FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras*. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e São João Del Rey (1700-1850). Tese de Professor Titular defendida junto ao Departamento de História da UFF, Niterói, 2004, p. 235; “Damas mercadoras: as pretas minas no Rio de Janeiro (século XVIII-1850)”. In: SOARES, Mariza. C. *Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benin ao Rio de Janeiro*. Niterói: Eduff, 2007, pp. 101-134.

18. ACMRJ, Livro 5 (Casamento de pessoas livres da paróquia de São José), 1840; Para conferir o período em que eles ocuparam bancas na Praça do Mercado, consultar: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (doravante AGCRJ), Códices Mercado da Candelária, 1832-1885.

19. O registro de óbito de Bernardo Soares está em: ACMRJ, Livro 12, Óbitos de pessoas livres e escravos da freguesia do Santíssimo Sacramento, 1843-1848, fl. 175 v.

mandade ao lado do casal de amigos, e também forros minas, Antonia Rosa e Januário Francisco de Mello. Criada no século XVIII por um grupo de pretos minas originários de regiões da costa ocidental em que predominavam as línguas *gbe*, a Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, instalada na rua da Alfândega (onde ainda hoje está),²⁰ continuou *dominada* por africanos ocidentais – desta feita, iorubás – ao menos até a década de 1870. Para Anderson Oliveira, isso permite concluir que, embora não exclusivamente, o culto aos santos negros Elesbão e Efigênia identificava-se, no Rio de Janeiro, a uma “nação” africana, que estabeleceu nesta devoção um dos sinais diacríticos que a diferenciava de outros grupos negros da cidade.²¹ E filiar-se a associações religiosas desse tipo, as únicas que os poderes constituídos permitiam a cativos e forros, era uma demonstração de prestígio, já que esses espaços eram muito valorizados na vida urbana da época.

Mesmo que os irmãos nascidos no Rio e em outras províncias brasileiras fossem maioria a partir de meados do oitocentos, os minas ainda se destacavam nos principais cargos de sua mesa administrativa. Nos anos compromissais de 1849 a 1852, Emília Soares do Patrocínio foi juíza da devoção de Nossa Senhora dos Remédios,²² organizada na confraria desde a década de 1780, quando um grupo de africanos que se identificavam como procedentes do Reino de Maki (ou Mahi) a instituiu. No primeiro domingo após as celebrações aos padroeiros da irmandade, o juiz ou a juíza aprontava uma festa pomposa, percorrendo, em cortejo, as ruas da região. Os devotos a Nossa Senhora dos Remédios voltavam-se, sobretudo, para a caridade, atendendo aos pretos minas do Rio “com botica, enfermeiro, comida e até mortalha”, além de auxiliarem os confrades na hora de seu falecimento.

20. Por volta de 1740, um grupo de africanos minas que vivia na freguesia da Candelária pediu licença ao então prelado diocesano, frei Antônio de Guadalupe, para criar uma irmandade onde melhor pudessem adorar seus oragos, Santo Elesbão e Santa Efigênia. Contudo, antes mesmo da autorização, imagens sagradas, devotadas em uma casa particular, já haviam sido transportadas para a igreja de São Domingos. Em 1754, esses africanos finalmente inaugurariam seu templo na Rua da Alfândega, onde até hoje está localizada a irmandade. Sobre a irmandade, destacam-se os trabalhos de Mariza de Carvalho Soares e Anderson Machado de Oliveira. Entre os artigos e livros que já publicaram sobre o assunto, estão, por exemplo: SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; OLIVEIRA, Anderson José Machado. *Devoção negra: santos pretos e catequese no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Quartet/Faperj, 2008.

21. OLIVEIRA, Anderson. *Devoção negra*, p. 288.

22. Arquivo da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia (doravante AISESE), Livros de registros de Irmãos da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia (1843-1930), documentação s/catalogação.

Forneciam ainda advogados para qualquer demanda de um escravo contra seus proprietários, desde que a causa fosse considerada justa.²³

Nas eleições para esses cargos, geralmente eram escolhidas as pessoas que tinham mais posses. Afinal, elas deviam contribuir com esmolas, por vezes de valores consideráveis, e ainda preparar a festa dos oragos. Nesta ocasião solene, o prestígio da devoção e de seus juízes também era testado. Como eram eles que organizavam os peditórios de esmolas, se desfrutassem de maior reputação e importância social junto à comunidade, com certeza conseguiriam arrecadar mais doações. Ainda assim, a contribuição individual que ofertavam era, de fato, a maior fonte de recursos desses cultos.²⁴ Conforme veremos mais adiante, em fins da década de 1840 e início dos anos 1850, Emília Patrocínio labutava no Mercado da Candelária e era dona de algumas escravas. Pouco a pouco, ia sendo reconhecida como uma “dama mercadora”. Não se pode descartar, é certo, que a distinção que passou a desfrutar também tenha sido “herdada” de seu marido. Seja como for, isso tudo se refletia no cotidiano da associação católica, onde a preta mina foi consecutivamente designada para um cargo de destaque.

Por essa época também, Emília decidiu novamente se unir na Igreja Católica, agora com o ex-escravo mina Joaquim Manuel Pereira. A cerimônia, realizada em 1851 na matriz de Sacramento, aconteceu apenas poucos meses depois de Joaquim ganhar sua liberdade na freguesia de Vitória, província do Espírito Santo. Nos trinta anos seguintes, eles residiram no número 114 da rua da Lampadosa (atual Luís de Camões), também em Sacramento. Não sei se era uma casa de cômodos ou um cortiço, mas ali coabitaram, às vezes em períodos diferentes, homens e mulheres minas que mantinham fortes laços de amizade e solidariedade. Como o vendedor de peixe Francisco Manoel José e sua mulher Umbelina Maria Rosa, e Antonia Rosa e Januário

23. SOARES, Mariza C., *Devotos da cor*, pp. 224-225. No compromisso da Confraria de Nossa Senhora dos Remédios constava ainda referências à concessão de alforrias: “[...] se avança mais a pia intenção dos confrades desta Irmandade, a quem parece dever esperar p.º o bom êxito dos pleitos de Liberdade, que muitos Pretos Minas se eram precisados a manter, porque umas vezes os testamentos os não admitem, não obstante constar dos testamentos que a verba respectiva lhe sirva de Carta de Liberdade, outras lha não conferem na forma dos mesmos testamentos ao que acresce terem-se resolvido os Senhores muitas vezes a vender escravos para sua Liberdade, o que não fariam para outro fim, e contudo os compradores repugnam emprestar as manumissão, além de outras violências a que é preciso recorrer cada dia ao asilo das Leis, da Justiça. Nesta conformidade se determina o seguinte”. Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa, “Compromisso da Irmandade de N. S. dos Remédios”, AHU/ CU-cód. 1300, capítulo 22 (fl. 14).

24. OLIVEIRA, *Devoção negra*, p. 264-265.

Francisco de Mello, velhos parceiros de moradia, fé e labuta na Praça do Mercado.²⁵ Neste grande centro de abastecimento da capital do Império, Emília e Joaquim também se mantiveram lado a lado durante longo período. De princípios da década de 1850 até meados dos anos 1880, o casal vendeu quitandas em três bancas. E após a morte da preta mina, em janeiro de 1885, seu marido continuou à frente dos negócios até pelo menos 1890, quando perdi seus rastros.²⁶

Instalada à beira da Baía da Guanabara, nas proximidades do Largo do Paço (atual Praça XV de Novembro), a Praça do Mercado – também chamada de Mercado da Candelária ou da Praia do Peixe – ocupava todo um quarteirão e dividia-se em três grandes áreas: o *centro*, destinado para venda de hortaliças, legumes, aves e ovos; o *lado do mar*, para peixe fresco, seco e salgado; e o *lado da rua* (voltado para a rua do Mercado e o Largo do Paço), para cereais, legumes, farinha e cebolas.²⁷ Na Praça das Marinhas, em frente à doca contígua ao mercado, desembarcavam os gêneros da roça e o pescado que escravos e outros trabalhadores traziam em *canoas de ganho*, saveiros, faluas e barcos vindos das zonas suburbanas do Rio de Janeiro e das áreas rurais de Niterói.

Os gritos dos negros que transportavam cestos de peixes ali na beirada faziam o norte-americano Thomas Ewbank lembrar de disputas muito semelhantes travadas no rio Níger, na região da atual Nigéria.²⁸ Bem próximo, lavradores, seus consignatários, negociantes e quitadeiras vendiam, revendiam e compravam “gêneros de primeira necessidade”, como frutas, ovos, legumes e cereais, “sem o menor abrigo, apenas algumas pequenas barracas volantes ou algum chapéu de sol”.²⁹ E ainda havia os *pombeiros* (mercadores avulsos de peixe) que,

25. Para Francisco Manoel e Umbelina, ver: ACMRJ, Libelo de divórcio 870, 1838 e Arquivo da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia (doravante AISESE), Testamento de Francisco Manoel José, documentação s/catalogação. Antonia Rosa e Januário Francisco: AISESE, Livros de registros de Irmãos da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia (1843-1930), documentação s/catalogação.

26. ACMRJ, Livro 8 (Casamento de pessoas livres da matriz do Sacramento; 1851-1860), fl. 83 v.

27. Administrada pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a Praça do Mercado da cidade – também conhecida como Mercado da Candelária ou Mercado da Praia do Peixe – foi definitivamente inaugurada em 1841 (as obras começaram em 1834) e permaneceu no mesmo local, às margens da baía da Guanabara, até 1908, quando foi demolido para construção de um novo mercado municipal.

28. EW BANK, Thomas. *A vida no Brasil, ou diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 84.

29. AGCRJ, Códice 61-2-17: Mercado da Candelária (1870-1879), p.28.

apesar das proibições, serviam como intermediários entre pescadores e consumidores. No início do século XIX, eram sobretudo os cativos das “nações” mina, cabinda e congo que se ocupavam do “negócio de *pombear*”. Mas, a partir da década de 1850, libertos africanos e crioulos, brasileiros brancos, portugueses e até mesmo chineses também passaram a se dedicar a este ramo do pequeno comércio.³⁰

Mas tornar-se um locatário nem sempre era tão fácil para esses antigos escravos. Embora os aluguéis não fossem proibitivos (e pudessem variar bastante de ano a ano ou de uma banca a outra), era necessário dispor de “capital” e crédito suficientes para montar – e sobretudo manter – os negócios.³¹ Afinal, para armar uma quitanda de verduras, frutas e aves, uma barraca de peixe ou um pequeno armazém de louças, precisavam de bancadas, tabuleiros, armações, estantes, mesas, e também alguns caixeiros ou serventes (quase sempre escravos). E ainda manter credores e fornecedores regulares. Após tantos esforços para a compra da alforria, eles tinham que continuar acumulando recursos se quisessem alcançar mais essa façanha. Para os libertos africanos envolvidos no pequeno comércio, deixar as ruas e se estabelecer na Praça do Mercado eram formas efetivas de ascender (praticamente o topo para eles?) na hierarquia mercantil.

Percorrendo o interior do mercado, especialmente entre as décadas de 1830 e 1870, era possível encontrar imigrantes de Portugal oferecendo quase todo tipo de produto. Os brasileiros ficavam mais nos negócios de pescado. Já os africanos, e sobretudo os minas, concentravam-se nas vendas de legumes, verduras, aves e ovos. Nessa área, Emília do Patrocínio prosseguia com os negócios iniciado por seu marido Bernardo na banca 96. Logo ao lado, na vaga 95, sua amiga mina Antonia Rosa também dava continuidade aos negócios

30. Sobre os *pombeiros* no Rio de Janeiro oitocentista, ver: FARIAS, Juliana Barreto. “*Pombeiros* e o pequeno comércio no Rio de Janeiro do século XIX”. In: SOARES, Mariza de Carvalho e BEZERRA, Nielson Bezerra (orgs.). *Escravidão africana no Recôncavo da Guanabara (séculos XVI-XIX)*. Niterói: Eduff, 2011, pp. 175-193.

31. Para termos uma ideia de como os investimentos podiam ser elevados, vejamos os valores empregados numa sociedade entre cinco portugueses estabelecida em 1867, para compra e venda de peixe salgado, cebolas, alhos e comissões em sete bancas da Praça. O capital da sociedade era de dezesseis contos e quinhentos mil réis, divididos entre os sócios. José Bessa Teixeira, por exemplo, entrava com quatro contos e trezentos mil, ao passo que Antonio Gonçalves Vieira e Antonio de Bessa Teixeira despenderam, cada um, dois contos e oitocentos mil. Com esses recursos totais, era possível comprar pelo menos dez escravas minas, que nessa época chegavam a valer de um conto a um conto e quinhentos mil réis. AGCRJ, Códice 61-3-18: Comércio de peixe, pp. 6-8. Para os preços dos escravos, ver valores das alforrias pagas nesse período.

abertos por seu marido, o preto mina Januário Francisco de Mello. Quando Antonia deixou o local, em 1865, o mina Joaquim Manuel Pereira, segundo marido de Emília, tornou-se o novo inquilino, e ficou ali por mais de 20 anos. Para completar, a preta mina ainda firmou uma sociedade com Feliciano, africano da mesma “nação”. Ex-cativa do crioulo Antonio José de Santa Rosa, Feliciano trabalhara com seu senhor na banca 98 por pelo menos seis anos. Em 1846, com a morte de Santa Rosa, ela ganhou sua carta de alforria. E não hesitou em solicitar a posse da quitanda, onde labutou sozinha durante 5 anos. De 1852 a 1857, dividiu as vendas com Emília. Com o fim da sociedade, esta última manteve-se na barraca até 1885.

Seguindo pelo mesmo corredor, encontramos, lado a lado, outros pretos forros. Na banca 100, Maria Alexandrina Rosa, de “nação” angola, vendeu suas quitandas entre os anos de 1853 e 1859. Depois de passar para Joaquim José Leite & C. (de 1859-1862), o lugar foi ocupado pelo preto mina Amaro José de Mesquita até 1869. Já a mina Maria Rosa da Conceição ficou por 20 anos (de 1840 a 1860) nas bancas 102 e 103. Mais adiante, estavam mais africanos e africanas minas: Lauriana Maria da Conceição (104: de 1852 a 1858); Matias José dos Santos (106: de 1847 a 1858); Luiz Laville (107: 1859 a 1870) e João José Barbosa (108: 1842 a 1865).

Tanto esses africanos como os banqueiros de outras procedências costumavam transferir a posse das bancas para seus próprios conterrâneos e familiares. Quando um imigrante luso falecia, seu filho ou um patrício logo o substituíam. Ao saírem, os minas também davam lugar a outros africanos da mesma “nação”. Aparentemente semelhantes, essas práticas guardavam especificidades para cada grupo. Os portugueses, por exemplo, estavam habituados a estabelecer sociedades formais em suas vendas primordialmente com conterrâneos homens, com quem tinham algum parentesco consanguíneo (filhos, primos ou irmãos). Já os minas não registravam seus contratos de parcerias, mas trabalhavam junto com homens e mulheres da mesma procedência (os chamados “parentes de nação”), quase sempre seus próprios cônjuges. Em geral, apenas um deles (mais frequentemente, os homens) aparecia como titular da vaga e se colocava à frente das petições e demais documentos encaminhados à municipalidade. Mas – na labuta cotidiana – as atividades eram divididas entre os dois. O que, por certo, não escapava aos agentes da fiscalização e a outros trabalhadores da Praça.

Talvez por isso, na hora em que o locatário inscrito deixava a sociedade – geralmente por falecimento –, o pedido feito pelo companheiro (ou companheira) para continuar nos negócios era aprovado

de forma automática. Nestas ocasiões, eles enfim apresentavam documentos comprobatórios. Não eram registros em cartórios atestando as relações comerciais, mas certidões de casamento, óbito, batismo ou testamentos. Será que, aos olhos dos avaliadores municipais, essas “provas” de suas uniões matrimoniais também equivaliam a comprovantes de suas parcerias profissionais? De uma forma ou de outra, essas práticas deixam entrever que, para esses ex-escravos, o casamento católico, o trabalho na Praça do Mercado (e não mais pelas ruas da cidade) e a entrada na irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia eram conquistas que, sobretudo quando combinadas, representavam uma espécie de salvo-conduto para uma vida de liberdade, estabilidade e respeito.

De escrava a Dona

Só que para incrementar seus negócios, os minas da Praça também optavam por escravizar sua “própria gente”, ou seja, outros africanos da Costa da Mina. Ao perscrutar as cartas de alforria registradas nos cartórios da Corte, sobretudo entre as décadas de 1850 e 1870, encontrei Emília concedendo a liberdade – quase sempre mediante pagamento – a dez africanos minas (2 homens e 8 mulheres). Somados àqueles registrados em seu inventário, compunham um conjunto de vinte escravos adquiridos ao longo de uns trinta e cinco anos. A posse de cativos não era novidade entre os libertos da cidade. Entretanto, nenhum outro mina do Mercado da Candelária adquiriu tantos no decorrer dos anos ou tampouco os libertou com tamanha regularidade. Aliás, mesmo entre os locatários portugueses e brasileiros, essas práticas não eram assim recorrentes.

As experiências senhoriais de Emília do Patrocínio só podem ser aproximadas às do arrendatário português José da Costa e Souza. De 1849 a 1871, ele também alforriou onze escravas minas e nagôs. E durante o todo tempo em que permaneceu no mercado, comprou para si ou em parceria com outros banqueiros (incluindo alguns minas) mais cativos de diferentes nações. De certa forma, suas atitudes eram mesmo bem semelhantes às de Emília, mas não necessariamente correspondiam a tendências seguidas pela maioria de seus conterrâneos. Ainda que quase todos os homens e mulheres da Costa da Mina igualmente investissem em escravos, como veremos, a trajetória desta preta mina guardava singularidades. Por seu lado, os imigrantes lusos da Praça do Mercado, embora também tivessem cativos, preferiam empregar caixeiros, em geral seus próprios sobrinhos, primos, tios ou filhos de amigos de além-mar.

Segundo o historiador Zephyr Frank, comprar escravos era – especialmente na primeira metade do século XIX, época em que o tráfico transatlântico ainda se mantinha em atividade – o investimento que proporcionava o maior rendimento para o pequeno investidor urbano do Rio de Janeiro. Além disso, a propriedade escrava conferia, sobretudo aos indivíduos brancos, conforme assinala Luís Carlos Soares, uma posição de mando e *status social*, conseqüentemente mais prestígio e poderio tinham aqueles que possuísem um maior número de cativos para prover o sustento e a riqueza de sua família.

Daí também, como conclui Soares, que “não trabalhar”, antes de simbolizar uma atitude de aversão ou desamor ao exercício de qualquer ofício, era um indicador de sua posição e reputação na sociedade brasileira. Por outro lado, era algo tão generalizado que ultrapassava o limite da “fórmula filosófica” criada pelos grupos dirigentes. Para desagrado de muitos brancos, mulheres e homens alforriados (negros ou mestiços) também se tornavam senhores e, muitas vezes, compartilhavam suas “visões de mundo”³²

De fato, os cativos, especialmente aqueles colocados *ao ganho*, podiam auferir uma renda expressiva para seus senhores minas. Isso fica bem evidente, por exemplo, na contabilidade anual da forra mina Maria Rosa da Conceição, arrendatária na Praça do Mercado. Entre março de 1858 e fevereiro de 1859, suas duas bancas de verduras renderam cerca de 1 conto e 200 mil réis. Ao mesmo tempo, três de suas escravas quitadeiras deram de *jornal* a quantia de 825\$, à razão de 25\$ mensais. Uma outra cativa chegou a lucrar em dez meses 250\$.³³

Mas, tanto para Maria Rosa e Emília do Patrocínio como para outros banqueiros da Praça procedentes da Costa da Mina, virar um “pequeno escravista” não significava, simplesmente, deixar de trabalhar. Pelo contrário, eles continuavam vendendo verduras, legumes ou peixe, muitas vezes ao lado de seus escravos. Tratava-se, em verdade, de potencializar o trabalho conjunto da família, com vistas a “aumentar sua fortuna”.³⁴ Sem contar que, para além dos ganhos obtidos

32. Cf. FRANK, Zephyr L. *Dutra's World: wealth and family in nineteenth-century Rio de Janeiro*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004; SOARES, Luís Carlos. *O “Povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj/7Letras, 2007, pp. 68-69.

33. Esses dados podem ser conferidos nas contas apresentadas pelos inventariantes da mina Rosa Maria da Conceição. AN, Inventário de Maria Rosa da Conceição, Notação 18, Caixa 3635, 1858, p. 14.

34. A expressão “aumentar a fortuna do casal” é profusamente citada nos processos de divórcio que envolviam africanos e africanas minas, e era especialmente mencionada pelas mulheres.

diariamente em ruas e mercados da cidade, esses cativos acabavam servindo como uma espécie de “moeda de troca” em suas muitas negociações comerciais e de crédito.

Na hora de comprar ou vender os mais variados produtos, raramente os habitantes do Rio viam moedas de prata ou ouro em circulação. Em geral, consumidores e pequenos comerciantes recorriam às de cobre e sobretudo ao crédito, que abarcava não só o empréstimo de dinheiro, mas toda transação que era efetuada sem pagamento imediato.³⁵ No Mercado da Candelária, os fregueses compravam pescado, verduras, frutas, louças e outros objetos de armarinho com dinheiro vivo ou a prazo. Por sua vez, quitandeiros e pequenos lavradores da Praça das Marinhas e inquilinos das bancas internas se valiam de hipotecas, letras, prêmios ou simples vales para montar seus negócios e adquirir produtos dos fornecedores. Emprestar dinheiro, ofertar primeiro a mercadoria para receber depois, prestar o serviço hoje para ser pago em outra ocasião eram práticas cotidianas.

Como os escravos eram os principais bens dos locatários africanos, acabavam no centro dessas transações creditícias. Não bastava simplesmente ser confiável ou conhecido para arranjar um financiamento. Muitas vezes também era necessário dar provas de que os compromissos seriam de fato cumpridos. Nessas ocasiões, a propriedade escrava era a principal garantia de que os libertos tinham recursos econômicos e eram pessoas de confiança. Num contexto em que os escravos tinham papel tão fundamental nos negócios cotidianos, o que poderiam representar as alforrias que Emília concedia a sua escravaria, quase sempre mediante pagamento?

Em primeiro lugar, chama atenção como a preta mina – tal qual outros minas da Praça – seguia a lei do mercado no momento de arbitrar os preços. Sem abrandar nas negociações, mostrava-se bem ciosa de suas propriedades e nem sempre parecia se dobrar a sentimentalismos.³⁶ Como não disponho dos documentos de compra de seus cativos, não é possível atestar o quanto lucrava ou se os valores cobrados acompanhavam a inflação. Contudo, é possível ter uma noção do

35. Cf. LOBO, Maria Eulália L. “Evolução de preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930”. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro: FGV, v. 27, n.4, out/dez. 1971, pp.235-265; MENEZES, Wagner Chagas de. “*Costurando os retalhos*”: configuração e cotidiano do pequeno comércio do espaço central da cidade do Rio de Janeiro, 1889-1913. Dissertação de Mestrado em História Social, UFF, 1998, pp. 131-132; OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a casa e o armazém*: relações sociais e a experiência da urbanização São Paulo, 1850-1900. São Paulo: Alameda, 2005, especialmente o capítulo 3, intitulado “Relações de crédito”, pp. 133-207.

36. Uma situação muito semelhante é apontada por Nicolau Parés e Elisa Earl Castillo em: CASTILLO, Elisa Earl & PARÉS, Luis Nicolau. “Marcelina da Silva e seu mundo: novos dados para a historiografia do candomblé Ketu”. *Afro-Ásia*, 36 (2007), p.126.

que representavam comparando com as médias das quantias pagas a senhores de diversas procedências na segunda metade do oitocentos.³⁷

Vários fatores contribuíam para a determinação do valor de uma alforria: o sexo do escravo, a idade, seu estado de saúde, o ofício exercido, as estratégias de convencimento e, evidentemente, as flutuações do mercado. Com as bruscas e sempre crescentes mudanças de preços, os cativos viam, de uma hora para a outra, escapar-lhes a chance de se libertar. Se em 1846 uma escrava mina podia desembolsar em média 550 mil réis por sua alforria, doze anos depois esse valor subiria para cerca de 1 conto e 400 mil. Com a extinção do tráfico transatlântico em 1850, esse processo iria se acentuar ainda mais.³⁸ Um dos resultados mais imediatos foi a intensificação do comércio interno e o avanço dos grandes cafeicultores do Vale do Paraíba sobre a população cativa da Corte. O que acabou determinando uma enorme elevação nos valores. Não conseguindo resistir à tamanha pressão, muitos senhores da cidade do Rio achavam mais lucrativo vender seus cativos para as áreas cafeeiras.

Na Praça do Mercado, os minas em geral possuíam apenas um ou dois escravos, e não necessariamente ao mesmo tempo. Talvez esse suposto padrão esteja relacionado à exiguidade das fontes. Entretanto, esses pequenos escravistas se desfaziam com facilidade de seus cativos, vendendo-os para saldar dívidas ou aproveitar períodos de alta de preços para obter mais lucros. Desviando-se de alguma forma desses comportamentos, as pretas minas Maria Rosa da Conceição e Emília do Patrocínio conservaram sua escravaria por tempos mais longos e alforriaram diversas escravas minas nas décadas de 1850 e 1860. Certamente não se trata simplesmente de maior disponibilidade ou conservação de seus registros.

No caso de Emília, as cativas tinham que contar com muitos recursos para se libertarem. Entre as décadas de 1850 e 1880, das dez

37. Para avaliar essas alforrias, recorri à seguinte metodologia: tomando como base as cartas de liberdade concedidas a escravos e escravas minas mediante pagamento entre os anos de 1849 e 1871, estabelecendo uma média de preço separadamente para homens e mulheres. E também destacando os maiores e menores valores pagos em cada ano. Logo depois, comparei as indenizações oferecidas a Emília por cada uma das suas cativas minas com as médias pagas nos anos correspondentes, sublinhando ainda os maiores e menores valores despendidos nos períodos em questão. Esse método também foi aplicado para avaliação das alforrias concedidas pela mina Maria Rosa da Conceição e pelo português José da Costa e Souza. Para mais detalhes, ver: FARIAS, Juliana Barreto. *Mercados minas*, capítulo 5, “Negociando”. Agradeço a Flávio dos Santos Gomes por me ceder seu banco de alforrias de escravos ocidentais, com quase três mil registros.

38. FLORENTINO, Manolo. “Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa”. *Topoi*, Rio de Janeiro, set. 2002, p. 17.

cartas que passou, apenas o mina-nagô Rafael a recebeu gratuitamente, em razão de sua “longa idade”. Já nos anos de 1851 a 1869, notamos, no quadro a seguir, que os pagamentos pelas alforrias estavam quase sempre bem acima da média do período. Em duas situações, foram justamente os valores mais altos do ano: 1 conto e 200 mil réis, dados pela mina Rufina em 1852; e 2 contos e 400 mil ofertados por Ana (também mina) em 1858. Neste ano, por exemplo, entre as 30 cativas minas alforriadas, só outras duas pagaram as quantias de 2:200\$000 e 2:300\$000.

Como as quitadeiras e os escravos ao ganho desenvolviam atividades que envolviam maiores rendimentos, não devia ser tão difícil para as cativas minas de Emília juntarem tantos recursos. De toda forma, a partir da década de 1850, os senhores (fossem ricos ou pobres) começaram a lhes cobrar diária ou semanalmente quantias muito superiores às antes exigidas. Nos anúncios publicados no *Jornal do Commercio* entre os anos de 1850 e 1860, constata-se que os jornais cobrados subiram em cerca de 100% ou mais. Enquanto no primeiro período um senhor divulgava para venda uma preta mina quitadeira que fornecia 640 réis diariamente, na década de 1860, outro anunciante dizia que esses rendimentos podiam chegar a 1\$280 réis por dia.³⁹

39. SOARES, Luís Carlos. *O povo de “Cam”*, pp. 282-284.

Quadro 1: Valores cobrados (em réis) por Emília Soares do Patrocínio pelas alforrias de seus escravos

Ano	Nome/nação do escravo	Valor da alforria	Média dos valores de alforrias no ano*	Maior valor cobrado no ano	Menor valor cobrado no ano**
1851 (maio)	Benedita/mina	850 mil	596 mil	1 conto	200 mil
1851 (julho)	Henriqueta/mina	900 mil	596 mil	1 conto	200 mil
1852	Rufina/mina	1 conto e 200 mil	721 mil	1 conto e 200 mil	300 mil
1853	Rufino/mina	1 conto	802 mil	1 conto e 500 mil	200 mil
1854	Matildes/mina	1 conto	874 mil	1 conto e 500 mil	300 mil
1858 (setembro)	Constança/mina	2 contos	1 conto e 455 mil	2 contos e 400 mil	300-500 mil
1858 (outubro)	Ana/Mina	2 contos e 400 mil	1 conto e 455 mil	2 contos e 400 mil	300-500 mil
1867	Iara/mina	2 contos	1 conto e 261 mil	2 contos e 400 mil	300-500 mil
1869	Mariana/mina	1 conto	1 conto e 667 mil	3 contos	1 conto

*: Esses valores representam a soma de todos os valores pagos pelas alforrias no período, dividida pelo número de cartas selecionadas com tal informação.

** : O menor valor corresponde ao preço mais baixo pago no período, mas exclui preços muito baixos, que eram exceções, como, por exemplo, pagamentos menores que 70 mil réis.

Fontes: AN, Registros gerais de alforrias dos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios de Notas

Ademais, conforme assinala Luís Carlos Soares, alguns donos de escravos urbanos procuravam ajudar aqueles considerados mais bem-sucedidos, sobretudo na primeira metade do século XIX, e concordavam em lhes dar alforria por meio de pagamento de indenizações muito inferiores aos seus reais valores de mercado. Também havia quem permitisse, mesmo exigindo altas taxas, que os ressarcimentos fossem em prestações. Nestes casos, a maioria condicionava a liberdade à quitação de todas as parcelas. Já outros tantos, sem querer perder os ganhos que obtinham, não esmoreciam na hora de negociar, estabelecendo o preço mais elevado que vigorava no mercado.⁴⁰ Neste último grupo, podemos incluir Emília Soares do Patrocínio.

40. SOARES, Luís Carlos. *O povo de "Cam"*, pp. 282-284.

Para os minas da Praça – e para uns bem mais que outros –, escravidão e alforria eram como faces de um mesmo negócio. Comprados para reforçar o trabalho que já realizavam conjuntamente ali, os escravos representavam não somente uma forma de ascensão e prestígio social, como também um investimento lucrativo, já que em certos momentos podiam ser revendidos a preços maiores ou apresentados como pagamento de dívidas. E quase sempre eles optavam por cativas de sua própria nação. Talvez pela proximidade e facilidade na comunicação – o que eliminava, de imediato, barreiras linguísticas e culturais – ou por seus melhores valores de mercado.⁴¹ De um jeito ou de outro, no Mercado da Candelária, não importava a origem, mina, português ou brasileiro, quando um locatário se decidia pela mão de obra cativa, parecia não ter dúvidas: adquiria uma preta-mina.

A impressão que se tem é de que a associação preta mina-quitadeira já estava tão difundida na cidade, especialmente entre os senhores de escravos, que era muito *natural* comprar uma quando se precisava de um auxiliar para os negócios no mercado ou nas ruas da cidade. E não se tratava simplesmente da *reprodução* de tradições de suas “terras de origem”, onde as mulheres dominavam o pequeno comércio. No Rio de Janeiro, e notadamente no Mercado da Candelária, os homens africanos vendiam quitandas tanto quanto as mulheres. Assim, para além das alegadas habilidades (femininas, ressalte-se) comerciais que *traziam* de diferentes lugares na costa ocidental da África, decerto estamos falando de estereótipos e formas de identificação que se reconstruíam, e eram constantemente realimentados, na própria experiência diaspórica.⁴²

Ademais, em que pese a obstinação e a habilidade dos próprios cativos minas em acumular pecúlio e comprar suas cartas de liberdade, os pequenos escravistas africanos nem sempre estavam dispostos a ceder facilmente. O caso mais emblemático é o de Emília Soares do Patrocínio. Suas escravas costumavam lhe pagar os valores mais altos no mercado da liberdade do Rio de Janeiro oitocentista. Com os recursos recebidos, ela podia aproveitar qualquer uma das alternativas de

41. Para uma discussão dessas questões, mas em Salvador, ver: OLIVEIRA, Maria Inês Cortês. *O liberto*: seu mundo e os outros. São Paulo: Corrupio, 1988; “Viver e morrer no meio dos seus. Nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX”. *Revista USP*, São Paulo, número 28, dezembro/1995 e fevereiro/1996; REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano*: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

42. Cf. MILLER, Joseph. “Restauração, reinvenção e recordação: recuperando identidades sob a escravização na África e face à escravidão no Brasil”. *Revista de História*, USP, São Paulo, n. 164, jan./jun. 2011, pp. 17-64.

melhor remuneração do capital surgidas nos anos 1850, como comprar um imóvel ou aplicar em ações e casas bancárias. Mas a preta mina não desistia de seus velhos investimentos. Talvez estivesse aí um dos segredos de seu sucesso comercial e de sua prosperidade.

Outros investimentos

A partir da década de 1850, pequenos e grandes proprietários de escravos do Rio de Janeiro encontraram na diversificação econômica da cidade alternativas mais vantajosas e seguras para investimento de seu capital. Não à toa muitos acabaram se desfazendo de todos os seus cativos, principalmente os senhores mais pobres. Com o dinheiro obtido, aplicavam na compra de imóveis urbanos, cada vez mais valorizados em função do crescimento populacional e da crise de moradia de meados do século XIX, e também em cadernetas de poupança bancária, obrigações da dívida pública ou ações de empresas comerciais, bancárias e de serviços urbanos, que apareciam na esteira dos grandes empreendimentos que se espalhavam pelo Rio. Mesmo aqueles que queriam manter sua escravaria também procuravam multiplicar seus negócios a fim de tornar a propriedade escrava menos arriscada.⁴³

Partindo de uma amostragem com mais de 200 inventários *post-mortem*, circunscritos ao período de 1850 a 1880, Luís Carlos Soares observou claramente essas mudanças nos padrões de posse de cativos e, em consequência, nos critérios de estratificação social no Rio de Janeiro dessa época. Se até meados do oitocentos o número de escravos possuídos era um dos principais indicadores da posição e do prestígio de seus habitantes, dos anos 1850 em diante, a situação financeira e profissional dos indivíduos tornou-se um dos índices prioritários nessa avaliação. A propriedade escrava continuou como fator de atribuição de status, mas foi perdendo importância com a proximidade da abolição da escravatura.⁴⁴

Nesse conjunto de inventariados, Soares também constatou que, entre 1850 e 1888, 104 tinham propriedade escrava, predominando os chamados pequenos escravistas, com 1 a 5 cativos. Já os que contavam com grupos de 6 a 10 podiam ser considerados como membros da “classe média abastada” ou “superior”, incluindo-se aí um médico, um religioso que era também comerciante, indivíduos que viviam dos rendimentos de capital ou locação de imóveis e aqueles que também exploravam o aluguel ou ganho de escravos.⁴⁵

43. SOARES, Luís Carlos. *O povo de “Cam”*, p. 77-80. Cf. FRANK, Zephyr L. *Dutra’s World*.

44. SOARES, Luís Carlos. *O povo de “Cam”*, pp. 78-80.

45. AN, Juízo Municipal da 1ª Vara, Inventário de Maria Alexandrina Rosa da Conceição,

Dona Emília Soares do Patrocínio e sua companheira de mercado Maria Rosa da Conceição também faziam parte desse último grupo. Entretanto, as duas pretas minas contavam com um diferencial: paulatinamente foram ampliando e diversificando seus investimentos. Em 1858, os bens de Maria Rosa incluíam 9 escravos; um terreno de casas no Mangue da Cidade Nova; móveis, objetos de casa, roupas, diversas joias e uma cautela do Monte Socorro do penhor de cordão, figa, relicário e uma moeda. Como ainda mantinha algumas dívidas, o patrimônio avaliado em 9:098\$355 ficou reduzido a 6:918\$813.⁴⁶ Quase trinta anos mais tarde, o monte de Emília do Patrocínio foi calculado da seguinte forma:

- Em produto do prédio à rua de Luís de Camões, recolhido ao Banco do Brasil = 13: 619. 950
- Prédios à rua Barão de São Félix, números 153 e 159 = 14 contos
- Em escravos = 3 contos e 600 réis
- Em móveis e jóias = 519 mil réis
- Em armação para galinhas, três tabuleiros e bancas da Praça do Mercado = 600 mil réis⁴⁷

Convertidos em dinheiro, totalizavam mais de 32 contos de réis, dos quais ainda deviam ser deduzidos impostos prediais e taxas de escravos, despesas com o funeral, dívida hipotecária com o credor Jacques Abraham Lecésno e um débito elevado de Emília e seu marido Joaquim Manuel Pereira com a Câmara Municipal, referente ao aluguel vencido de duas vagas no mercado. Finalmente, restaram aos herdeiros 10: 529.983.⁴⁸

Embora com diferenças visíveis, essas descrições sumárias revelam particularidades em comum que convém detalhar melhor. Como outras pretas minas do Rio de Janeiro e de Salvador, as duas comerciantes do Mercado da Candelária também demonstravam um nítido apreço por joias de ouro e outros materiais. No caso de Emília, as peças não foram descritas. Sabemos apenas que, junto com os móveis, valiam 519 mil réis. O que, à época, era um valor expressivo, suficiente, por exemplo, para a compra de uma escrava. Em seu próprio inventário, a cativa Ignácia foi avaliada em 400 mil réis.⁴⁹ Já para Maria Rosa,

Notação 1512, Maço 0249, 1871.

46. AN, Inventário de Maria Rosa da Conceição, Notação 18, Caixa 3635, 1858, pp. 4-5.

47. AN, Inventário de Emília Soares do Patrocínio, N. 258, Caixa 361, Galeria A, 1885, p. 24.

48. Idem.

49. AN, Inventário de Emília Soares do Patrocínio, N. 258, Caixa 361, Galeria A, 1885, p. 33.

contamos com uma listagem minuciosa.⁵⁰ Em sua coleção, que somava 313 mil réis, estavam:

um par de brincos e alfinetes esmaltados modernos; um rosário de cruz todo de ouro; uma enfiadura de corais verdes encravados de ouro; uma enfiadura de corais encarnados encravados em ouro; um par de brincos de corais colorido e encravados; uma vara de cordão de ouro; um par de rosetas de pedras com pendente de amor perfeito e três anéis que parecem ser de ouro com pedras.⁵¹

Bem mais do que vistosos adornos, essas joias tinham outros, e importantes, significados. Em primeiro lugar, podiam servir como “método de poupança”, que volta e meia era usado como garantia ou para o efetivo pagamento de empréstimos.⁵² Além do mais, a aquisição de peças de ouro, contas de vidro, coral ou marfim podia ter objetivos aparentemente bem mais sutis. O uso ritual, por exemplo. Na costa ocidental africana, as contas e os corais não eram apenas enfeites, mas objetos plenos de força mística, axé. Adornavam representações de divindades e também eram utilizadas por reis e outras figuras poderosas. Desde pelo menos o século XV, já haviam se difundido pela região através das trocas comerciais empreendidas por negociantes portugueses. No antigo reino do Benin, parte da atual Nigéria, as tradicionais cabeças esculpidas em cobre tinham o pescoço completamente coberto por voltas de corais polidos, sob a forma de pequenos cilindros engranzados.⁵³

Entre os iorubás, os corais feitos de contas embelezavam as cabeças e caíam em cascata sobre os rostos dos obás. Em determinadas ocasiões, só eles podiam usá-los. Percorrendo o interior da iorubalândia em 1825, Hugh Clapperton observou que a cabeça de um chefe local estava coberta por um “barrete feito de pequenas contas de vidro de várias cores, envoltas por borlas de pequenas contas douradas, e

50. Também foram pormenorizadamente descritos todos os móveis de sua casa, as louças, outros pequenos objetos de cozinha e suas roupas (entre os quais 29 vestidos de chita e 10 lenços de seda). AN, Inventário de Maria Rosa da Conceição, Notação 18, Caixa 3635, 1858, pp. 4-5.

51. Idem, p. 4.

52. Cf. REIS, João José. *Domingos Sodré*, pp. 112-113; FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras*, pp. 225-227; FARIAS, Juliana Barreto. *Mercados minas*, capítulo 5, “Negociando”.

53. Cf. REIS, João José. *Domingos Sodré*, pp. 118-119; PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia*. Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006, pp. 224-226.

três grandes contas corais na frente”. Pouco tempo depois, também constatou que o *alafin* de Oyó portava em “seu pescoço cerca de três voltas de grandes contas de vidro azuis”. Mas nem os mais graduados súditos podiam ter roupas ou adereços tão vistosos. De acordo com Clapperton, “nenhuma grandeza de qualquer tipo deve aparecer, exceto a do próprio rei”.⁵⁴

Desses adornos também emanavam diversas relações míticas e místicas. Na cidade de Lagos, o deus Olokun, senhor do mar, era muito identificado ao uso de contas e conchas. Um de seus nomes de louvação era justamente Senhor das Contas. No tabuleiro de adivinhação, elas representavam riqueza entre os iorubás. E também decoravam e ajuntavam poder aos objetos ali manejados, como o *opelê*.

De um jeito ou de outro, essas práticas foram reavivadas – e, muitas vezes, ganharam novos significados – deste lado do Atlântico. No Rio de Janeiro oitocentista, alguns senhores, ao anunciarem a fuga de seus cativos, não se esqueciam de informar os adereços que as africanas levavam consigo. E não eram somente aquelas procedentes da costa ocidental. Angolas, cabindas, cassanges ou moçambiques também mercadejavam com seus colares de miçangas, ouro, brincos e pulseiras. Em 1845, a mina-nagô Bernardina e a inhambane Prudência não deixaram para trás seus adereços. Enquanto a primeira saía com miçanga branca ao pescoço e pano da costa de riscado azul, a outra carregava no pescoço um lenço de seda de cor e um fio de miçangas encarnadas e, nos dois braços, mais fios de miçangas brancas.⁵⁵

Essas peças e joias, cujo uso pelas africanas e suas descendentes chegou a ser proibido na época colonial, indicavam prosperidade, prestígio social, clientela numerosa e sinal de que a quitandeira vendia produtos de boa qualidade.⁵⁶ Para as cativas e libertas adeptas do *candomblé*, os colares de contas com as cores de suas divindades, a quem muitas vezes “pertenciam” por terem sido iniciadas para servi-lhes, também representavam proteção. Assim, ao valor estético, elas agregavam o valor místico.

54. CLAPPERTON, Hugh. *Journal of a second expedition into the interior of African from the Bight of Benin to Socatto*. Londres: Frank Cass, 1966 [orig. 1829], pp 3, 37, 47. Citado em REIS, João J. *Domingos Sodré*, p. 119.

55. Examinando os anúncios publicados no *Diário do Rio de Janeiro* em todos os meses dos anos de 1835 e 1845, achei apenas oito anúncios em que os senhores informavam as joias e adereços que suas escravas levaram na fuga. Destes, curiosamente, apenas um relacionava-se a uma africana ocidental, a mina-nagô Bernardina.

56. Cf. LARA, Sílvia Hunold. “Diferentes e desiguais”. In: *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 79-125; REIS, João José. *Domingos Sodré*, pp. 112-113;119.

Será que nos tabuleiros de Emília do Patrocínio e Maria Rosa da Conceição frutas e verduras também se combinavam com divindades e adivinhações? Estaria aí, nesta sagrada junção, uma das origens de suas pequenas fortunas? Nos mercados da costa ocidental africana, isso era muito comum. Como assinala o historiador nigeriano Toyn Falola, nas áreas iorubás do período pré-colonial, as mulheres não só dominavam as atividades comerciais e os espaços dos mercados, como eram responsáveis por todos os ritos que se realizavam nesses lugares, também considerados como parte do “ambiente religioso”; assim mantinham um papel fundamental na manutenção da “prosperidade” e no “equilíbrio espiritual desta sociedade”. Nesse universo em que produtividade, fertilidade e riqueza associavam-se à energia feminina, as deusas também apareciam como as verdadeiras protetoras dos mercados.⁵⁷

Nos diferentes acervos em que pesquisei, não achei indícios mais explícitos de tais práticas na Corte. Entretanto, evidências esparsas em registros de alguns cronistas do “Rio antigo”, como Vivaldo Coaracy e Luiz Edmundo, e do jornalista João do Rio parecem indicar que o culto aos orixás ou, ao menos, o comércio de alguns produtos religiosos estavam, de alguma forma, presentes na Praça do Mercado. Se assim fosse, podemos de fato supor que as pretas minas Emília e Maria Rosa com seus anéis, pulseiras, colares, rosários e enfiaduras de ouro, corais ou contas mercadejassem gêneros de primeira necessidade e, ao mesmo tempo, reverenciassem seus deuses no mercado. O que, decerto, só aumentava o prestígio e a riqueza que já desfrutavam entre os “seus” e também entre os demais locatários.

57. FALOLA, Toyn. “Gender, bussiness and space control: yoruba market women and power”. EKECHI, Felix K. and HOUSE-MIDAMBA, Bessie (edits.). *African market women and economic power: the role of women in african economic development*. London: Greenwood Press, 1995, pp. 25-28.

*Sob o governo das mulheres*⁵⁸

No Rio de Janeiro do século XIX, as minas eram reconhecidas por sua altivez e autonomia. Como “exímias quitandeiras”, esquadrihavam as ruas da cidade, mantinham sua freguesia no movimento do Mercado da Candelária e chegavam mesmo a formar “pequenas fortunas”. Talvez recriassem aqui experiências vividas – ou observadas e aprendidas com mães, tias e avós – em terras iorubás, embora quase sempre boa parte afirmasse não mais se lembrar dos parentes deixados do outro lado do Atlântico. Lá, as mulheres predominavam nos comércios locais e nas redes de mercados que se estendiam das pequenas aldeias às grandes cidades. Dominando essas negociações, conquistavam independência, autoridade e riqueza.⁵⁹

Nas sociedades iorubás do período pré-colonial, havia, conforme assinala Toyn Falola, uma rígida divisão sexual do trabalho, com os homens responsáveis pela agricultura e pelo artesanato, e as mulheres à frente da produção de alimento e do comércio. Predominantemente femininas, as atividades mercantins caracterizavam-se também por suas múltiplas faces, refletindo os papéis sociais que as mulheres desempenhavam. As recém-casadas e as mais idosas, por exemplo, só realizavam suas vendas a partir de suas próprias casas, abastecendo a vizinhança e o comércio local, já que não podiam deixar seus lares para comparecer ao mercado. Já as demais, e sobretudo aquelas com filhos crescidos, eram presença dominante nos mercados, fossem diários, periódicos ou de longa distância. Monopolizando esse universo comercial, elas podiam enriquecer e, em consequência, desfrutar da

58. Ao contrariar o libelo de divórcio da preta mina Henriqueta Maria da Conceição, o mina Rufino Maria Balita, seu marido, dizia que era muito desaforo a mulher querer “governar o marido”. Era uma resposta às insistências de Henriqueta, que dizia para o marido trabalhar, já que – segundo suas declarações – apenas ela trabalhava em suas quitandas e garantia o sustento do casal. O termo também deu título a um outro artigo que fiz sobre o assunto: FARIAS, Juliana B. “Sob o governo das mulheres: casamento e divórcio entre africanas e africanos ocidentais no Rio de Janeiro do século XIX”. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana B; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012 (no prelo).

59. Cf. GRAHAM, “Being yoruba in nineteenth-century Rio de Janeiro”; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “A ‘nação’ da mercancia: Condição feminina e as africanas da Costa da Mina, 1835-1900”. In: FARIAS, J. B., GOMES, Flávio S. & SOARES, op. cit; pp. 193-247. GOMES, Flávio & SOARES, Carlos E. L. “‘Dizem as quitandeiras’... : ocupações e identidades étnicas numa cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX”. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, julho/dezembro 2002, pp. 3-16; “Negras minas no Rio de Janeiro: gênero, nação e trabalho urbano no século XIX”. In: SOARES, Mariza C. (org.) *Rotas atlânticas da diáspora africana*, pp. 191-224; FARIA, Sheila. *Sinhás pretas, damas mercadoras*.

importância sócio-político associada às pessoas ricas, como colecionar títulos, formar seguidores e adquirir símbolos de *status* como roupas e cavalos. Entretanto, ressalta Falola, a conexão entre mercado e poder era ainda mais ampla do que a relação entre riqueza e poder. Ao controlarem os mercados, as mulheres não só prosperavam e ganhavam mais prestígio social, como também assumiam os rituais e simbolismos ali envolvidos.⁶⁰

De um jeito ou de outro, Emília do Patrocínio, Maria Rosa e demais minas da Praça do Mercado – e, de resto, muitas que igualmente quitandavam por ruas e mercados da cidade do Rio – também se destacavam pela determinação, por seu desembarço e sucesso comercial. Possivelmente, essa distinção era fruto de heranças ou lembranças familiares que traziam consigo de suas terras iorubás, onde boa parte nascera ou saíra ainda muito jovem. Ou mesmo do convívio com os nagôs da Bahia, local em que muitas inicialmente moraram ao desembarcar no Brasil. Ainda assim, para além desses legados ou recriações de tradições e práticas comerciais africanas, constatamos que as pretas minas – e também seus maridos – souberam, e bem, como manejar a “lei de branco” deste lado do Atlântico. Diferentemente do que acontecia com os iorubás da costa ocidental, entre os minas que trabalhavam na Praça do Mercado e também em outros espaços do Rio de Janeiro oitocentista, não havia uma rigidez na divisão das tarefas a serem feitas por homens e mulheres. Sozinhos ou em conjunto, pretas e pretos minas igualmente se ocupavam das vendas e quitandas.

Nesses arranjos, casar – e, se necessário, descasar – lhes afigurava como fundamental para seguirem vivendo com liberdade e segurança. A historiadora Sheila de Castro Faria, ao analisar recentemente os testamentos e inventários de forras minas no Rio e em São João del Rei durante o século XVIII e a primeira metade do oitocentos, notou que boa parte delas preferia não se casar e ainda escolhia viver com uma outra *família*, formada com suas escravas e crias. Além de alforriá-las, tentavam lhes ensinar uma forma de vida mais adequada e ainda preservar seu patrimônio em mãos femininas.⁶¹

Conforme vimos a partir da trajetória de Emília Soares do Patrocínio, nem todas optavam por seguir esse padrão familiar. Depois de quarenta anos de atividades compartilhadas, filhos, netos e o segundo marido de Emília herdaram um expressivo patrimônio. Para mulheres como ela, o casamento significava, entre tantas coisas, o fortalecimento

60. FALOLA, Toyn. “Gender, bussiness and space control”.

61. FARIA, Sheila. *Sinhás pretas, damas mercadoras*.

de um trabalho conjunto entre parceiros de nação. E isso era de tal modo importante que, quando alguma fenda simplesmente começava a desmanchar esses acordos tácitos, elas não hesitavam em rompê-los de vez. E então podiam recomeçar tudo mais uma vez, cuidando de suas casas e filhos, quitando no mercado e pelas ruas da cidade e ainda arranjando um novo amor.